

Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, PLANEAMENTO, AMBIENTE, SERVIÇOS URBANOS E TRÂNSITO

SECTOR DE GESTÃO DE EMPREITADAS

Prestação de serviços de:

***“Elaboração de Projetos de Execução Para a
Construção de Edifícios Destinados a
Habitação Social e Habitação com Rendas
Apoiadas”***

CONVITE

Consulta Prévia

Ref.^a CPR004/DOMPAT/2022

CONVITE

Consulta Prévia

Convida-se essa empresa a apresentar proposta para a prestação de serviços de ***“Elaboração de Projetos de Execução Para a Construção de Edifícios Destinados a Habitação Social e Habitação com Rendas Apoiadas”***, nomeadamente:

- **Projeto 1** - Recuperação do edifício de habitação social existente, constituído por 8 fogos de tipologia T2;
- **Projeto 2** - Construção de edifícios de habitação social constituídos por R/chão e 1º piso que, na sua totalidade, deverão ter 6 habitações de tipologia T1, 10 habitações de tipologia T2 e 4 habitações de tipologia T3;
- **Projeto 3** - Construção de edifícios constituídos por R/chão e 1º piso que, na sua totalidade, deverão ter 4 habitações de tipologia T1, 12 habitações de tipologia T2 e 8 habitações de tipologia T3, destinados a rendas apoiadas.

nos termos deste documento, que a seguir se numeram:

1 - Entidade adjudicante

A entidade adjudicante, que preside e fiscaliza, é a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, com sede na Praça Dias Ferreira nº 38, 2240-341 Ferreira do Zêzere, tel. 249-360150 e fax 249-361660.

2 - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal por Despacho de 11/11/2022.

3 - Fundamentação da Escolha do Procedimento de consulta prévia

Dado que o presente procedimento diz respeito à elaboração de projetos de execução para a elaboração de projetos de execução para construção de edifícios de habitação social e habitação destinada a rendas apoiadas, projetos estes que se enquadram na Estratégia Local de Habitação de Ferreira do Zêzere, pode recorrer-se a contratação ao abrigo do n.º 3 da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro.

Tendo em conta que o valor da prestação de serviços é inferior 215 000,00€, como determina a alínea b) do nº 3 do artigo 474º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, bem como ao limiar de 750.000,00€, previsto na alínea b) do artigo 2º da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, pode recorrer-se à Consulta Prévia Simplificada.

4 - Prazo para a apresentação da proposta

A proposta documentada deverá ser apresentada até às 17 horas do 5º dia após a publicação do procedimento na plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Ferreira do Zêzere, AcinGov no endereço <http://www.acingov.pt>.

O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o download das peças do procedimento bem como apresentar a proposta.

5 - Modo de apresentação da proposta

Todos os documentos que instruem a proposta, devem ser apresentados em língua portuguesa, nos termos do número 1 do artigo 58.º Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua atual redação.

A indicação dos preços constantes na proposta, serão indicados em algarismos não incluindo o IVA, em caso de divergência entre preços por extenso ou em algarismos, prevalecem os indicados por extenso, conforme disposto nos números 1 e 2 do artigo 60.º Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro na sua atual redação.

Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante conforme o artigo 62.º Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, referida no ponto anterior.

6 - Esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados por escrito, através da plataforma eletrónica AcinGov. Estes esclarecimentos serão solicitados e prestados por escrito nos termos estipulados nos artigos 50.º e 116º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

7 - Natureza e preço base

“Elaboração de Projetos de Execução Para a Construção de Edifícios Destinados a Habitação Social e Habitação com Rendas Apoiadas” nomeadamente:

- **Projeto 1** - Recuperação do edifício de habitação social existente, constituído por 8 fogos de tipologia T2;
- **Projeto 2** - Construção de edifícios de habitação social constituídos por R/chão e 1º piso que na sua totalidade deverão ter 6 habitações de tipologia T1, 10 habitações de tipologia T2 e 4 habitações de tipologia T3;
- **Projeto 3** - Construção de edifícios constituídos por R/chão e 1º piso que na sua totalidade deverão ter 4 habitações de tipologia T1, 12 habitações de tipologia T2 e 8 habitações de tipologia T3, destinados a rendas apoiadas.

O preço base do concurso excluindo o IVA é 139.990,03€ (cento e trinta e nove mil novecentos e noventa euros e três cêntimos).

8 - Prazo de execução da obra

O prazo para a execução será de 90 dias, a contar da data da assinatura do contrato.

9 - Documentos que constituem a proposta

A proposta, será constituída pelos com os seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos em conformidade com o modelo constante do anexo I;
- b) Lista dos preços unitários, anexo III;
- c) Documento de proposta de acordo com o modelo constante no anexo IV.

11 – Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação

12 – Critério de adjudicação

A adjudicação será feita segundo o critério do mais baixo preço de acordo com a alínea b) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 74º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação.

A classificação será determinada mediante atribuição da pontuação de 20 a 60 % do preço base do concurso e atribuição, às propostas, de pontuação inversamente proporcional em relação a 60% do preço base do concurso.

Classificação = (60% do preço base / valor da proposta) x 20

13 – Documentos de habilitação a entregar por parte do adjudicatário

O adjudicatário deverá entregar no prazo de 5 dias úteis após a notificação de adjudicação os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- b) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea b) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- c) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea d) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- d) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea e) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- e) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea h) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- f) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.

O prazo a conceder para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto do artigo 86º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação, será de 2 dias.

Ferreira do Zêzere, novembro de 2022

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Lista de preços unitários

Art.º	Designação	Quantidades	UN	Valor unitário
1	Projeto 1 - Recuperação do edifício de habitação social existente	1	un	
2	Projeto 2 - Construção de edifícios de habitação social constituídos por R/chão e 1º piso que na sua totalidade deverão ter 6 habitações de tipologia T1, 10 habitações de tipologia T2 e 4 habitações de tipologia T3;	1	un	
3	Projeto 3 - Construção de 4 edifícios constituídos por R/chão e 1º piso que na sua totalidade deverão ter 4 habitações de tipologia T1, 12 habitações de tipologia T2 e 8 habitações de tipologia T3, destinados a rendas apoiadas.	1	un	

ANEXO IV

Modelo da Proposta

..... (nome, número de documento de identificação e morada), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do Contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“Elaboração de Projetos de Execução Para Habitação Social e Habitação Destinada a Rendas Apoiadas”**, a que se refere o convite datado de obriga-se a executar referido contrato, de harmonia com o caderno de encargos, pela quantia de:

- € - **Projeto 1** - Recuperação do edifício de habitação social existente,
-€ - **Projeto 2** - Construção de edifícios de habitação social constituídos por R/chão e 1º piso que na sua totalidade deverão ter 6 habitações de tipologia T1, 10 habitações de tipologia T2 e 4 habitações de tipologia T3;
-€ - **Projeto 3** - Construção de edifícios constituídos por R/chão e 1º piso que na sua totalidade deverão ter 4 habitações de tipologia T1, 12 habitações de tipologia T2 e 8 habitações de tipologia T3, destinados a rendas apoiadas.

Perfazendo o total de (por extenso e pôr algarismos), conforme prazos constantes na cláusula 5ª do Caderno de Encargos Clausulas Técnicas

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data.....

Assinatura